

A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações

The first phase of the Latin American historiography and the construction of the identity of the new Nations

Claudia Wasserman

Professora associada
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
claudia.wasserman@ufrgs.br
Av. Bento Gonçalves, 9500 – Agronomia
900540-000 – Porto Alegre – RS
Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar as propostas e afirmações a respeito da identidade nacional na historiografia latino-americana a partir do movimento da independência no começo do século XIX e no período imediatamente pós-emancipação. Com base em excertos das obras produzidas por autores clássicos a respeito das origens da nação e das identidades nacionais na América Latina do século XIX, o artigo pretende encontrar regularidades no discurso historiográfico da região. Serão abordadas especialmente as questões sobre as origens das nações, os obstáculos a serem transpostos para sua constituição plena e a adoção de modelos externos.

Palavras-chave

Historiografia hispano-americana; Identidade nacional; América Latina.

Abstract

The aim of this paper is to examine the proposals and statements regarding the national identity in Latin American historiography, from the independence movement, in the early nineteenth century, and the period immediately after independence. The article intends to reveal regularities in the region's historiographical discourse, taking into consideration some excerpts of documents produced by classical authors, concerning of the origins of nation and national identities in Latin American 19th century. The questions about the origins of Nations, the obstacles to be overcome by to its full establishment and adoption of external models will be especially considered.

Keywords

Spanish-American historiography; National identity; Latin America.

O objetivo deste artigo é examinar as propostas e afirmações a respeito da identidade nacional na historiografia latino-americana a partir do movimento da independência no começo do século XIX e no período imediatamente pós-emancipação. O grupo de autores abordados neste artigo é composto por "personalidades que geralmente foram atores da gesta emancipatória, formado por cronistas, memorialistas e historiadores autodidatas, criadores de uma historiografia descritiva de fatos políticos e militares" (JARAMILLO URIBE 1986, p. 23), seguido por outro grupo "ligado às academias de história, nacionais ou locais, aos centros e institutos de história, geralmente sem caráter oficial, que se formaram em quase todos os países latino-americanos na segunda metade do século XIX" (JARAMILLO URIBE 1986, p. 24).

A amplitude da abordagem e o recorte abrangente são propositais. Se, de um lado, corre-se o risco de perder o detalhamento de cada autor estudado, por outro, permite compreender regularidades que existem no discurso acerca da questão nacional no subcontinente latino-americano. A abordagem simultânea de vários autores, localizados em diversos países da América Latina permite ainda compreender a região como totalidade articulada, para além das especificidades.¹

Segundo Carlos Aguirre, a historiografia latino-americana não está suficientemente estudada para constituir uma síntese de sua trajetória que possa consolidar uma "história global da historiografia da América Latina" (AGUIRRE ROJAS 2001, p. 73), ou mesmo para produzir uma satisfatória história intelectual latino-americana. É certo, porém, que o período proposto para a análise constitui a primeira etapa do que poderíamos chamar de historiografia latino-americana. Momento das primeiras elaborações intelectuais que indagam acerca da identidade das nascentes nações e que exploram as raízes históricas daqueles que se supõe serem os valores e as características específicas de cada país.

A questão nacional na América Latina e os problemas de identidade nacional, das origens da nação e da nacionalidade são temas consagrados há muito pelos intelectuais e pelos historiadores latino-americanos. A busca do caráter nacional e das origens da nação está evidentemente relacionada às dificuldades de construção de ordenamentos políticos estáveis na região. A isso, somou-se o fato de constituir-se um contingente populacional "transplantado", com origens variadas, conforme o país. Também, por muito tempo, as elites latino-americanas consideraram uma "fatalidade" o nascimento extraeuropeu (ANDERSON 1989, p. 74) e desprezavam as características particulares de cada país e sua população.

As primeiras discussões a respeito da identidade nacional, do surgimento das nações e dos obstáculos para a sua constituição plena, surgiram a partir das independências e foram pautadas por uma preocupação política, manifestada por parte dos protagonistas do processo. Depois das independências, os países

¹ Embora muitos dos autores citados sejam clássicos e exista uma bibliografia considerável sobre as suas obras e histórias de vida, o objetivo deste artigo é verificar suas observações e comentários acerca das origens e das características das nações e nacionalidades nascentes. Não se trata, portanto, de detalhar suas obras sobre outras temáticas.

da América Latina foram palco dos debates sobre a questão constitucional, sobre o povoamento e acerca das medidas necessárias para implantação dos ordenamentos políticos e administrativos não metropolitanos. Estas discussões também foram realizadas por políticos e intelectuais que se propunham a compor as administrações estatais.

Na segunda metade do século XIX, apareceram os primeiros “historiadores”, intelectuais ligados a academias de história ou centros e institutos de pesquisa histórica. Embora sem profissionalização, estes sujeitos tiveram uma preocupação com a investigação histórica e suas obras transformaram-se em um legado de valor documental para futuros historiadores de ofício. Além disso, o processo de repercussão daquele conhecimento sugere que, “*monumentalizado*”, o discurso sobre a nacionalidade transformou-se na própria história.

Grande parte desta primeira historiografia latino-americana considera as identidades nacionais como dados ontológicos, e as nações, como entidades sociais originárias, que estiveram presentes desde o período pré-colonial para alguns, desde a colônia para outros ou, mais frequentemente, desde as independências.

Concretamente indefinida, a identidade nacional aparece como um dado para autores do século XIX. Mais do que isso, a nação faz parte do horizonte de expectativas destes autores e vinha sendo construída por estas versões que se consagraram como a historiografia da região. A crença disseminada sobre a ontologia da questão nacional está bem delimitada teoricamente pelos autores europeus que discutiram o tema.² Entretanto, não existem estudos de síntese do pensamento latino-americano acerca da questão nacional, ainda mais no que se refere ao século XIX.

Ainda sobre a temática das origens das nacionalidades no subcontinente latino-americano, não se pode concluir apressadamente por um suposto reconhecimento dos estudiosos do tema acerca deste aspecto. Somente um estudo empírico das manifestações acerca das origens das nacionalidades é que permite concluir sobre os aspectos mais recorrentes. Este estudo permite delimitar empiricamente a historiografia latino-americana do século XIX, a partir de suas expectativas acerca das entidades políticas em formação.

Muitas vezes, como no caso dos militares que participaram nos processos de independência, essas ideias de existência prévia de identidades nacionais emanavam de um desejo de que existissem nações e nacionalidades nestes territórios, mais do que fruto da observação empírica objetiva destes políticos.

² A questão teórica acerca do nacionalismo, dos precursores da questão nacional e do protonacionalismo, bem como sobre o grau de inventividade e de engenharia política presente na constituição das nações está presente em autores como Anderson (1989), Hobsbawm (1990), Gellner (1993) e foram elaborados a partir da observação da realidade predominantemente europeia. O paradoxo entre a modernidade da nação aos olhos dos cientistas sociais contemporâneos e sua antiguidade diante dos nacionalistas foi desvendado a partir da interpretação desta realidade europeia e das leituras dos precursores da questão nacional nesta região. O exame desta problemática na América Latina é recente e envolve temas novos; os precursores da questão nacional na América Latina tiveram que lidar com problemas inexistentes na “era dos nacionalismos” na Europa. A possibilidade de reconstituir a história da historiografia latino-americana será possível apenas a partir da seleção de temas e de autores nas regiões representativas da diversidade subcontinental. Neste caso, trata-se de selecionar o tema das origens da nação e seus problemas correlatos, no século XIX, em autores clássicos de alguns países da América Latina.

Em outros casos, os políticos e pensadores que formularam estas ideias de identidades nacionais originárias estavam atraídos pelos modelos francês, inglês ou norte-americano. Diante do padrão estrangeiro, ao se deparar com a realidade latino-americana e com as dificuldades de implantação de ordenamentos políticos estáveis em todo o subcontinente, estes intelectuais acabavam acreditando que a América Latina tinha *desvios* e *deformações* no processo de formação nacional, ou que esses processos estavam ainda *inacabados*.

Estas características do pensamento latino-americano em relação à questão nacional – existência ontológica de nações, atração por modelos externos, identificação de desvios e deformações no processo de formação das nações e as ideias de incompletude e de frustração – estão presentes em toda a história do subcontinente e trouxeram consequências no campo da historiografia, bem como, implicações político-sociais.

A ideia de que existem e sempre existiram os *inimigos da nação*, responsáveis pela imposição de obstáculos ao processo de formação nacional, responsáveis pela incompletude do processo, pelos desvios e pelas deformações, foi uma decorrência destas análises.

A história é uma construção, instauradora de sentido, cujo agente, o historiador, desempenha um papel na criação da narrativa, conferindo ao passado uma identidade que não existia antes da produção historiográfica. Mesmo sem pertencerem às academias de história, os sujeitos, transformadores de uma tradição em objeto do passado, realizam essa operação a partir de um determinado *lugar social*, de *práticas científicas* e de uma *escrita* que organiza os dados (DE CERTEAU 2000, p. 55-56).

O exame da escrita da história no âmbito da questão nacional implicará na dessacralização de mitos arraigados, em uma tentativa de desnaturalizar a relação entre história e identidade, demonstrando o quanto a primeira serviu, muitas vezes, para legitimar e respaldar a segunda, encontrando “em tempos remotos as provas necessárias que pudessem sustentar uma memória acerca de identidades de construção recente” (GUIMARÃES 2000, p. 21-36).

Na América Latina, os escritos de Bolívar, Mariano Moreno, José Bonifácio, entre outros militares e políticos que participaram ativamente dos processos de emancipação colonial, foram consagrados como o início da historiografia.

Ao longo do século XIX, temos a história como disciplina acadêmica, com legitimidade para tratar o passado. E neste período, os historiadores atuaram, de fato, como legitimadores dos projetos de construção nacional propugnados pelas elites oligárquicas.

A cada época, pode-se constatar de que modo historiadores e intelectuais dedicados à escrita da história nacional foram agentes de uma versão da nação e das identidades nacionais. Estas “versões” não são falsas ou descoladas de um passado de fato ocorrido, mas estão relacionadas diretamente com os problemas da época e que fornecia a explicação razoavelmente segura para um futuro que poderia parecer incerto.

A escrita da história revela, sobretudo no que se refere à narrativa da “história nacional”, o que Reinhart Koselleck chama de “*espaço de experiências*”

e, simultaneamente, aponta para o “*horizonte de expectativas*” dos sujeitos-historiadores e de toda uma época (KOSELLECK 2006). As transformações de narrativas consagradas, a dessacralização dos mitos, denotam a existência de uma crise, acompanhado da mudança do regime de historicidade da época, que será evidenciado pela alteração nos enredos da história nacional, sem que, com isso, os “novos” historiadores perdessem de vista as regras de cientificidade, preconizadas desde o século XIX.

O contexto das independências e as identidades

Esta “primeira” historiografia latino-americana produziu afirmações acerca da identidade das regiões recém-emancipadas das metrópoles ibéricas que contrastavam com o contexto político-social concreto. Uma análise minuciosa dos processos empíricos que estiveram presentes na formação desses países como unidades independentes das respectivas metrópoles é suficiente para comprovar que o sentimento nacional estava escassamente delineado. Em primeiro lugar, existiam, no período anterior às emancipações políticas, muitas opiniões contrárias às independências, justamente pelo temor das elites coloniais em perder a unidade imposta rigidamente pelas metrópoles ibéricas.

Também se revela muito difícil definir as fases através dos quais os portugueses nascidos no Brasil ou espanhóis nascidos no México e na Argentina começaram a tomar consciência de si mesmos como americanos, quanto mais como mexicanos, brasileiros ou argentinos. As ideias de fatalidade no nascimento extra-espanhol acompanharam por muito tempo, e após os processos de independência, os descendentes de portugueses e espanhóis na América. A transição – modificação do sentimento de pertencimento de peninsulares ou europeus para americanos, mexicanos, peruanos, brasileiros – foi obstaculizada por diferenças étnicas e sociais que separavam a grande massa de índios e negros, com variadas manifestações de mestiçagem, das elites coloniais proprietárias. Os sentimentos antilusitanos e antiespanhóis – o sentir-se “americano” – estiveram de fato presentes nos processos de emancipação, mas somente foram incorporadas pelas elites coloniais quando esses processos emancipacionistas demonstraram-se irreversíveis.

No Brasil, por exemplo, o Visconde de Cairu protestava em 1821 contra as intenções recolonizadoras das cortes portuguesas, mas era favorável à manutenção da união com a metrópole. Cairu defendia a independência econômica e a adoção dos princípios do “*laissez-faire*”, mas mesmo, em 1822, quando já parecia aceitar resignadamente a separação do Brasil e Portugal, “ainda preferia que a União se mantivesse, considerando-a como possível, economicamente viável e lucrativa para ambos”.³

A situação mundial que antecedeu a emancipação política das colônias espanholas da América era muito particular. Após a invasão napoleônica na Península Ibérica, enquanto as cortes portuguesas vieram para o Brasil, os espanhóis

³ As considerações sobre o Visconde do Cairu foram extraídas do estudo feito por Déa Fenelon (1983).

resistiram até o aprisionamento do Rei Fernando VII, da dinastia Bourbon, e sua substituição pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte. No Rio da Prata, uma das primeiras manifestações à especial situação metropolitana foi a fidelidade à dinastia dos Bourbons, a resistência aos franceses e a substituição do vice-rei Santiago de Liniers, que era francês. As alternativas, frente à peculiar situação metropolitana, eram entregar-se ao domínio francês, esperar para ver o que aconteceria nos campos de batalha do Velho Mundo ou formar uma junta de governo local e iniciar o processo de independência colonial. Não se pode afirmar com exatidão que os primeiros líderes das Jornadas de Maio, formadores da junta de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, tinham o objetivo definido de iniciar um processo de emancipação. Muitos espanhóis pensavam que o mais conveniente era formar a junta de governo, defender o rei cativo e esperar.

A iniciativa de Buenos Aires – fruto de seu prestígio como cidade mais importante do vice-reinado – em convocar as províncias e os cabildos e decidir pela substituição do vice-rei por uma junta, não foi recebida com entusiasmo por muitos. A resistência vinha de vários lados, como de Córdoba, onde Liniers havia se refugiado, de Mendoza e de Salta, além da contrarrevolução que veio do Alto Peru, Paraguay e Montevideo. Felix Luna fez o seguinte comentário acerca desse tema:

99

Lo que había sucedido en Buenos Aires, en efecto, era demasiado escandaloso como para que se aceptara pacíficamente. El derrocamiento de un delegado del rey o de la Junta que decía representarlo, y su sustitución por una Junta, era realmente algo difícil de tragar en las regiones más fidelistas del virreinato (LUNA 1995, p. 63).

O mesmo autor descreve as desgraças de D. Faustino Ansái, que não tendo reconhecido a legitimidade da Junta de Buenos Aires, foi derrotado em Mendoza, preso e mandado para Las Bruscas, de onde conseguiu fugir para Montevideu, mas foi capturado novamente quando as tropas de Buenos Aires tomaram essa cidade. Além disso, ressalta o fato dos habitantes de Jujuy não submeterem-se ao domínio de Salta e quererem aproveitar a ocasião para declararem seu governo próprio (LUNA 1995, p. 70-79). Esses relatos dimensionam muito bem o tipo de resistência ao processo de independência no Rio da Prata e as campanhas militares que foram necessárias para somente em julho de 1816 formalizar juridicamente a independência argentina, que mesmo assim, não foi reconhecida por muitos a não ser depois da Batalha de Cepeda, em 1820.

A independência mexicana, proclamada em 1821, foi denominada “restauração”. Significa que, através desse processo, a elite colonial tentava reestabelecer os privilégios que tinha antes de 1810, quando o padre Miguel Hidalgo e o sacerdote J. M. Morelos tentaram transformar o processo de independência em processo de libertação indígena. Com a prisão de Fernando VII, enquanto as elites proprietárias mantiveram-se fiéis ao rei cativo, os sacerdotes aproveitaram-se da situação para acabarem com a opressão, a escravidão, os tributos e a expropriação de terras. Não nutriam sentimentos mexicanos ou americanos, nem diferenciavam os “ricos” nascidos na América, dos “ricos”

nascidos na Espanha: passaram a considerar “inimigos da Nação e agregados ao partido da tirania todos os ricos, nobres e guachupines (espanhóis)”. Transformaram-se em “símbolos da independência” e da “nacionalidade” (MORELOS apud BRADING 1991, p. 623), embora tivessem de ser considerados símbolos da resistência indígena contra a usurpação. Foram brutalmente reprimidos e a independência de 1821 restaurava os poderes da elite *criolla* que, ainda inconformada com a separação da metrópole, convidara Fernando VII da Espanha para ocupar o trono como imperador do México.

Por esse contexto, repetido nas mais diversas regiões ibero-americanas, constata-se que, no momento das independências, não existiam as identificações nacionais e mesmo subcontinentais que existem atualmente. A ausência destas identificações nacionais permitia, inclusive, que os militares e líderes da independência de um “*país*” atuassem em vários pontos do subcontinente. Sobre isso, Edelberto Torres Rivas observa que “a crise do Estado colonial foi o fim da nação hispânica ou hispano-americana. O sonho de Bolívar foi apenas isso, um sonho” (TORRES RIVAS 1977, p. 65).

Os próceres das independências: a nação latino-americana como dado ontológico

Simon Bolívar, San Martín, José Bonifácio e Mariano Moreno foram líderes dos processos de independência que, diante da necessidade de afirmar os novos Estados, resultados do fim da dominação metropolitana, ficaram fascinados com o modelo norte-americano como protótipo de uma grande nação. Os exemplos da França e da Inglaterra também estimularam o desejo de construção de uma só nação latino-americana ou, pelo menos, de várias nações de grande porte.

Os passos do processo emancipacionista explicam essa adesão aos modelos. Em um primeiro momento, os líderes da independência acreditavam na possibilidade de defesa da monarquia espanhola simbolizada na figura do rei Fernando VII, preso por Napoleão Bonaparte. Diante da mudança do panorama internacional e das tentativas de restauração do sistema colonial, surgiram soldados dispostos a enfrentar os riscos da independência sem a proteção do rei espanhol.

A partir de 1815, o rei passou a ser o símbolo da ameaçadora restauração do Antigo Regime e os discursos, proclamas e manifestos dos líderes do processo de emancipação passaram a identificar países virtuais, repletos de sentimento antiespanhol. Não se tratava de um sentimento de nacionalidade reprimido por longos anos de dominação colonial, mas sim da percepção que tiveram os líderes da independência americana acerca da rápida mudança na situação internacional. Aquilo que poucos anos antes parecia impensável passou a ser defendido por todos com fervor apaixonado. A ideia de preservar os direitos do monarca cativo foi prontamente substituída pela crença de que havia chegado a hora de consagrar o desígnio emancipador.

O conteúdo do Plano Revolucionário de Operações de 1810, atribuído a Mariano Moreno, e do Manifesto de Cartagena e da Carta da Jamaica, escritos por Bolívar em 1812 e 1815, respectivamente, são documentos históricos que atestam a adoção de ideias anti-hispânicas e o forte desejo de transpor a experiência

norte-americana ao subcontinente. Os documentos revelam também que esses autores estavam convictos a respeito da existência de uma comunidade nacional, com uma identidade cultural própria, presente mesmo antes da emancipação.

No Plano Revolucionário de Operações, encomendado a Mariano Moreno pela Junta de Governo instalada na região platina, escrito em 1810, aparece com clareza a tentativa de identificação de um modelo ideal:

El emprendimiento de la obra de nuestra libertad, a la verdad, es tan grande, que por su aspecto tiene similitud con los palacios de Siam, que con tan magníficas entradas, no presentan en su interior sino edificios bajos y débiles; pela la Providencia que desde lo alto examina la justicia de nuestra causa, la protegerá, sin duda, permitiendo que de los desastres saquemos lecciones las más importantes. Porque aunque algunos años antes de la instalación del nuevo gobierno se pensó, se habló, y se hicieron algunas combinaciones para realizar la obra de nuestra independencia; diremos que fueron medios capaces y suficientes para realizar la obra de la independencia del Sud, pensarlo, hablarlo y prevenirlo? [...]

Permítaseme decir aquí, que a veces la casualidad es la madre de los acontecimientos, pues si no se dirige bien una revolución, si el espíritu de intriga y ambición sofoca el espíritu público, entonces vuelve otra vez el estado a caer en la más horrible anarquía. Patria mía, cuántas mutaciones tienes que sufrir! *Dónde están, noble y grande Wáshington, las lecciones de tu político? Dónde las reglas laboriosas de la arquitectura de tu grande obra? Tus principios y tu régimen serían capaces de conducirnos, proporcionándonos tus luces, a conseguir los fines que nos hemos propuesto.*

En esta verdad las historias antiguas y modernas de las revoluciones nos instruyen muy completamente de sus hechos, y debemos seguirlos para consolidar nuestro sistema, [...] (MORENO 1975, p. 24-26, grifos meus).

101

Bolívar escreveu as Cartas de Jamaica no exílio, quando fracassaram as tentativas de proteção do Rei Fernando VII, e ao invés de evocar o exemplo norte-americano, desdenhava do sistema federativo e propunha a centralização política como forma de conter o caos e anarquia do período. Ao mesmo tempo, apontava os critérios que serviam de guia para a identificação dos povos americanos e sua união em uma só nação:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Mundo Novo uma só nação com um único vínculo que ligue as suas diversas partes ao todo. *Visto que têm uma única origem, uma língua, idênticos costumes e uma mesma religião deveria, muito naturalmente, ter um único governo* que confederasse os diferentes estados que venham a formar-se; mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres dissemelhantes dividem a América. Como seria belo se o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto era para os gregos! Oxalá tivéssemos a sorte de instalar ali um augusto congresso dos representantes das repúblicas, reinos e impérios, para tratar e discutir os altos interesses da paz e da guerra com as nações das outras três partes do mundo [...]

(BOLÍVAR 1977, p. 98, grifos meus).

Os critérios apontados por Bolívar que remetem para a ideia de existência prévia de uma nacionalidade americana - origem, língua, costumes e religião - não poderiam ser tomados como os únicos elementos para a identificação de uma comunidade nacional. Além do mais, essas ideias da preexistência de uma

identidade e, como diz Moreno, "*da justicia de nuestra causa*", são resultados do anseio dos militares envolvidos na gesta emancipatória e não correspondem à existência concreta desses ou de outros elementos que pudessem comprovar os laços entre essas regiões. Bolívar inclusive assinala os obstáculos concretos que se apresentavam ao seu desejo inicial e antecipava, de certa maneira, as ideias de determinismo geoclimático que seriam a tônica do período pós-independência.

A luta de independência iniciada no Sul do México pelo padre José Maria Morelos tinha ingredientes mais radicais, pois propunha mudanças na propriedade da terra. Mas, no tocante à identificação coletiva, seu alvo principal eram os *inimigos europeos*:

[...] a excepción de los europeos, todos los demás habitantes no se nombrarán en calidad de indios, mulatos ni otras castas, sino todos generalmente americanos. Nadie pagará tributo, ni habrá esclavos en lo sucesivo [...] (MORELOS apud BRADING 1991, p. 623).

Nesta passagem, identifica-se a ideia de preexistência de uma identidade coletiva, mas também o indício da confusão espacial que acompanhou o pensamento dos homens do século XIX: qual a dimensão da identidade existente? Continental, nacional ou provincial? Neste momento, é importante ressaltar que a rebelião de Morelos no México tinha fortes ingredientes jacobinos e foi sufocada em 1815, adiando por mais seis anos o processo de independência do México.

A versão desses líderes dos processos de emancipação latino-americanos estava carregada de subjetividade; os textos são impregnados de adjetivos e imagens com forte conteúdo valorativo na medida em que seus autores se propunham metas políticas e militares que lhes pareciam inadiáveis. Na narrativa desses militares é possível observar aquela autoveneração indicada por Pierre Nora na introdução do livro *Les lieux de mémoire*: "Quanto mais grandiosas fossem as origens tanto mais elas nos tornariam maiores. Somos nós que somos venerados através do passado" (NORA 1984, p. 31).

Na realidade, entretanto, o incremento dos localismos e a ruralização, iniciada no final do século XVIII e aprofundada na época das reformas borbônicas, tornavam mais difícil a aproximação entre as diversas regiões do subcontinente ou mesmo a implantação de ordenamentos estáveis em países que no período colonial se constituíam como unidades administrativas.

Embora a realidade concreta dos países latino-americanos insistisse em contrariar as afirmações de Bolívar, San Martín, Hidalgo, Morelos e Moreno, entre outros, todas essas ideias acerca dos traços de identificação desses povos passaram a fazer parte do repertório principal do pensamento político da América Latina. Esse pensamento político e mesmo o científico e o filosófico passaram, então, a considerar sobre quais eram os obstáculos que impediam a concretização daquilo que era considerado como um dado, cujos elementos principais estavam presentes e que só faltava a conclusão do processo: a constituição das novas nações.

Os sentimentos nacionais também não estavam consolidados na América portuguesa. A historiografia brasileira do século XIX chegou a considerar a Insurreição

Pernambucana como o prenúncio de um sentimento identitário.⁴ No entanto, a luta dos “brasileiros”, ao lado dos portugueses, com o objetivo de expulsar a Companhia das Índias Ocidentais envolvia interesses econômicos e políticos, sem que estivessem presentes demandas nacionalistas.

As chamadas “revoltas nativistas”, protagonizadas por colonos nascidos no Brasil, ocorridas em várias regiões da colônia, no final do século XVII e início do XVIII, reivindicavam questões relativas ao monopólio, à escravização dos índios, aos impostos da mineração ou à administração; não eram manifestações contundentes contra o sistema colonial; opunham, em geral, grupos com interesses diferenciados entre os próprios colonos e problemáticas regionais.

As revoltas do final do século XVIII e início do XIX, em Minas, na Bahia e em Pernambuco tiveram um caráter diferente. Nesses processos já se encontrava presente um sentimento antimetropolitano; as ideias das Revoluções burguesas e da Independência dos Estados Unidos já se faziam sentir entre os “inconfidentes”, porém a identidade entre as elites coloniais e a monarquia, forjada no período da estadia da família real no Brasil, foi responsável por uma simbiose que adiava as perspectivas de constituição de uma identidade nacional em oposição à metropolitana. Somente durante o período monárquico, a formação de um partido brasileiro e um partido português, as críticas ao autoritarismo de D. Pedro I e revoltas como a Confederação do Equador foram fatores e processos que ajudaram a constituir o que se poderia chamar de perspectivas verdadeiramente nacionalistas.

José Bonifácio de Andrade e Silva, conhecido como o “patriarca da independência” do Brasil, que atuou, desde 1822, como conselheiro de D. Pedro I e, depois, como tutor de D. Pedro II revelava, durante as reuniões da Constituinte de 1823, suas preferências pela identidade ibérica: “Os políticos da moda querem que o Brasil se torne Inglaterra ou França: eu quisera que ele nunca perdesse os seus usos e costumes simples e naturais, e antes retrogradasse do que se corrompesse”. Além disso, para José Bonifácio era fundamental insistir na existência de uma nação brasileira, mesmo antes do processo de independência, principalmente porque foi ele um dos articuladores do reconhecimento português: “O Brasil é uma nação e como tal ocupará seu posto sem ter que esperar ou solicitar o reconhecimento das demais potências” (BONIFÁCIO 2004, p. 1).

Nesse sentido, os próceres, articuladores ou militares das independências dos países da América Espanhola ou Portuguesa, além de sonharem com a existência de vínculos fraternos que justificassem o processo de emancipação, também lidavam com problemas práticos referentes ao reconhecimento da independência, às guerras de resistência e às novas constituições. Por isso, algumas de suas narrativas são mais explícitas e revelam interesses políticos imediatos.

⁴ Estas alusões à Insurreição Pernambucana são perceptíveis, por exemplo, em Capistrano de Abreu (1969), conforme mencionado no subitem seguinte deste artigo.

Cientificismo e determinismo: os males da nação nos países da América independente

A historiografia latino-americana do século XIX esteve marcada pela caracterização dos obstáculos à consolidação das nações latino-americanas e pelas tentativas de solucionar os problemas que se apresentavam à construção das novas nacionalidades.

Uma das características centrais do pensamento político e intelectual desse período pós-independência foi a apreciação de modelos que tinham sido capazes de superar as dificuldades de união nacional, de centralização política ou da constituição de ordenamentos estáveis. Liberais ou conservadores, os intelectuais e políticos preocupados com os problemas constitucionais e com a orientação econômica foram influenciados pelo cientificismo, predominante entre os pensadores europeus, e atribuíam aos fatores raciais e aos fenômenos da natureza, como geografia e clima, todas as causas dos problemas dos países latino-americanos.

Terra, paisagem, clima e raça constituíam-se como chaves interpretativas dos movimentos políticos, culturais e sociais e como explicações dos infortúnios dos novos países e eram considerados como razões de seu desenvolvimento inferior frente aos Estados Unidos, por exemplo, povoado por colonos anglo-saxões.

Os autores da época propugnavam o branqueamento da população, através do extermínio do elemento índio ou negro e da imigração massiva de europeus. As ideias de superioridade da raça branca eram tão marcantes no pensamento da época que mesmo os espanhóis ou latinos eram preteridos em relação ao tipo anglo-saxão.

Uma das principais temáticas desses historiadores era o problema do caudilhismo. O argentino Domingos Faustino Sarmiento, por exemplo, serviu-se de Facundo Quiroga para caracterizar o que ele considerava fruto da desordem e da barbárie:

Sombra terrible de Facundo, voy a evocarte, para que, sacudiendo el ensangrentado polvo que cubre tus cenizas, te levantes a explicarnos la vida secreta y las convulsiones internas que desgarran las entrañas de un noble pueblo (SARMIENTO 1952, p. 5).

Segundo Sarmiento, Facundo que era "provinciano, bárbaro valente e audaz" foi destituído por Rosas: "falso, coração gelado, espírito calculista, que faz o mal sem paixão e organiza lentamente o despotismo". Essa definição de Rosas o leva ao questionamento de como "vencer al monstruo que nos propone el enigma de la organización política de la República" (SARMIENTO 1952, p. 6). Existia, para Sarmiento, um "enigma", quais eram os problemas que levaram o país às dificuldades de unificação. Sarmiento procurava explicar a Argentina e compreender as origens desses problemas:

El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión; el desierto la rodea por todas las partes, se insinua en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana, son por lo general los límites incuestionables entre unas y otras provincias...Si no es la proximidad del

selvaje lo que inquieta al hombre del campo, es el temor de un tigre que lo acecha, de una vibora que puede pisar. Esta inseguridad de la vida, que es habitual y permanente en las campañas, imprime, a mi parecer, en el carácter argentino cierta resignación estoica para la muerte violenta [...] (SARMIENTO 1952, p. 19-20).

A introdução de Sarmiento ao seu *Facundo* constitui-se numa descrição detalhada dos problemas encontrados no país para organização nacional e é elemento exemplar das questões que preocupavam esta geração: clima, terra, raça e paisagem. Se a paisagem ajudava, em alguma medida, no progresso, como no caso da abundância de rios navegáveis, Sarmiento distinguia o homem como responsável pela não utilização desse formidável recurso. Imbricados, esses quatro elementos eram tidos como responsáveis pelo atraso argentino.

Alberdi, intelectual da Geração de 1837, também ele opositor de Rosas, escreveu no exílio, em Valparaíso, depois da queda do caudilho portenho, um documento destinado a pautar as principais discussões da Assembleia Constituinte. Ele atribuía à geografia as dificuldades da união nacional. O deserto e a escassez populacional eram quase uma obsessão para essa geração de pensadores argentinos:

105

El enemigo capital de la unidad pura en la República Argentina, no es don Juan Manuel Rosas, sino el espacio de doscientas mil leguas cuadradas en que se deslíe, como gota de carmín en el Río Parana, el puñadito de nuestra población de un millón escaso (ALBERDI 1981, p. 136).

No tocante às origens dessa *unidade*, Alberdi enumerou mais de vinte antecedentes históricos que revelavam o caráter ontológico: *religião, costumes, idioma, território (vice-reinado do Prata), unidad de sacrificios en la guerra de la Independencia, cores simbólicas da república, armas e escudos*, e, finalmente, segundo suas palavras:

La unidad implícita, intuitiva, que se revela cada vez que se dice sin pensarlo: República Argentina, Territorio Argentino, Pueblo Argentino y no Republica Sanjuanina, Nación Porteña, Estado Santafecino (ALBERDI 1981, p. 115-116).

E sua conclusão foi a seguinte:

En fuerza de esos antecedentes, la República Argentina ha formado un solo pueblo, un grande y solo Estado consolidado, una colonia unitaria, por más de doscientos años, bajo el nombre de Vice Reinado de la Plata; [...] Guardémonos, pues, de creer que la unidad de gobierno haya sido un episodio de la vida de la República Argentina; ella por el contrario, forma el rasgo distintivo de su existencia de más de dos siglos (ALBERDI 1981, p. 116).

Mas, apesar de referir-se aos *antecedentes*, Alberdi também insistia na aplicação de modelos estrangeiros:

Si queremos ver agrandados nuestros Estados en corto tiempo, traigamos de fuera sus elementos ya formados y preparados.

Sin grandes poblaciones no hay desarrollo de cultura, no hay progreso considerable; todo es mezquino y pequeño. Naciones de medio millón de habitantes, pueden serlo por su territorio; por su población serán provincias, aldeas; y todas sus cosas llevarán siempre el sello mezquino de provincia (ALBERDI 1981, p. 90).

A preexistência de uma Nação Argentina era indiscutível nesses textos do século XIX. No entanto, seus autores acreditavam que a unidade ontológica poderia florescer através de uma mudança substancial no que dizia respeito à navegação dos rios, à introdução de estradas de ferro e, principalmente, à imigração.

A partir da batalha de Caseros, que pôs fim à ditadura de Rosas, o país começou a se modificar, resultado da participação política daqueles que criticavam o caudilho portenho (Sarmiento, por exemplo, foi presidente da Argentina entre 1868 e 1874). A geração de intelectuais argentinos do final do século XIX, chamada Geração de 1880, influenciada pelas leituras de Comte e Spencer, tornou-se politicamente dominante sem a presença de Rosas, considerado o “*espejo da barbárie*”. Puderam repudiar o amor aos hábitos *criollos* e à vida rural dos tempos anteriores a 1852 e converter as modas, os hábitos e gostos aqueles semelhantes aos das grandes capitais europeias.

Os pensadores da Geração de 1880 levavam às últimas consequências os princípios da política civilizadora que Sarmiento havia idealizado. Atacavam com veemência a mentalidade colonial e a tradição *criolla*, mas encontravam resistência por parte dos que deveriam ser civilizados.

O próprio Sarmiento em “*Conflicto y harmonia de las razas en América*”, de 1883, advertia que, devido à imigração, antes tão desejada, a população “se mesclou com caracteres não previstos: o país perdera, certamente, o primitivo estilo *criollo*, mas não oferecia outro, adquirindo uma fisionomia imprecisa” (SARMIENTO 1995, p. 587).

José Manuel Estrada, um dos intelectuais que defendia posições do catolicismo, alertava para a situação em que viviam as massas camponesas as quais ele se referia como “*masa ignorante*”, “*heterogênea*”, “*supersticiosa e bárbara*”. Dizia que a esperança de que essas condições mudassem com a imigração tinham sido mera ilusão e acrescentava:

Poco o nada ha alterado la inmigración extranjera estas condiciones morales de la masa campesina [...] Por lo demás, las masas europeas que se instalan en nuestras campañas, antes bajan al nivel de los gauchos que los elevan a la altura de civilización que gratuitamente se les atribuye. [...] Nada, en una palabra, ha progresado ni progresará en lo porvenir la cultura de los gauchos por el ejemplo e influencia de la inmigración extranjera (ESTRADA 1995, p. 603-604).

Para Manuel Estrada, a nação Argentina também existia desde tempos remotos. Ele avaliava que a solução para os problemas da nacionalidade estava no “*ensino*” – educação primária e educação política – e também no retorno aos valores cristãos.

Essa geração de intelectuais argentinos repudiava os valores espanhóis e preferia leituras francesas e inglesas, mas o afastamento cultural das antigas

metrópoles não ocorreu com facilidade em todos os casos. Em relação às antigas metrópoles, os autores do século passado dividiam-se entre o alinhamento ou rompimento definitivo com os valores da cultura ibérica. Os liberais, influenciados pelos escritos da Ilustração francesa, consideravam a independência como um processo necessário e justificado, por isso pretendiam o rompimento definitivo com os valores da cultura ibérica. Por outra parte, os conservadores, católicos e tradicionalistas, tinham considerado os processos de independência como algo inevitável, mas não aceitavam a ruptura com os valores e tradições ibéricos, tidos como a essência da nacionalidade.

Lucas Alamán, político mexicano ultraconservador, considerava a cultura dos conquistadores como a única válida: “[...] la conquista [...] ha venido a crear una nueva nación en la cual no queda rastro alguno de lo que antes existió: religión, lengua, costumbres, leyes, habitantes, todo es el resultado de la conquista” (ALAMÁN 1991, p. 692).

Lucas Alamán desqualificava o período pré-colonial, a cultura indígena e distinguia a conquista como o marco inicial da construção nacional. Assim como Sarmiento, Alamán achava que seu país era presa fácil para caudilhos bárbaros. No livro *História de Méjico*, acusava a luta pela independência travada por Hidalgo e Morelos como responsável pelas desgraças que assolavam o país:

Estos años de guerra no fueron otra cosa que el esfuerzo que la parte ilustrada y los propietarios, unidos al gobierno español, hicieron para reprimir una revolución vandálica que hubiera acabado con la civilización y la prosperidad del país [...] fué, sí, un levantamiento de la clase proletaria contra la prosperidad y la civilización (ALAMÁN 1969, p. 461).

Para ele, como se observa no excerto, estava reservado ao México um futuro brilhante - com civilização e prosperidade -, mas que o projeto de Hidalgo e Morelos havia destruído, ou pelo menos, adiara. Alamán estava convencido ainda que a solução para os problemas do país poderia chegar através de “un príncipe europeo que le diera un gobierno estable y el progreso económico” (ALAMÁN 1969, p. 568). Neste sentido, no horizonte conservador de Alamán também se delineava um modelo ideal que pudesse impor ordenamentos estáveis e levar o país ao futuro previamente determinado: próspero e civilizado. Para ele, o principal legado da Espanha ao México havia sido a Igreja e afirmava que esta instituição constituía a base da sobrevivência nacional.

Em meados do século XIX, valorizar a cultura ibérica ou qualquer outra em detrimento dos valores locais significava, em todos os casos, corroborar a ideia de que, em meio ao caos ocasionado pelas guerras de independência, existia algo de identificação coletiva entre esses povos a preservar, fosse retomando os valores ofuscados pela colonização ou recuperando os valores perdidos pela independência.

A quantidade de intrigas políticas e golpes que assolavam os países latino-americanos, neste período, levavam liberais e conservadores a assumir posturas semelhantes em relação à ordem pública.

Um dos expoentes máximos do liberalismo mexicano, José María Luis Mora, era tido como radical ao apontar a Igreja como o principal obstáculo para

o progresso do país, a ponto de provocar a ira dos conservadores e ter passado grande parte da sua existência exilado na Europa. No entanto, quando se tratava de analisar os precursores da Independência mexicana, Mora considerava Hidalgo como um político sem princípios ou objetivos claros, e quanto à rebelião, considerava-a “tan necesaria para la consecución de la independencia, como perniciosa y destructora del país” (MORA 1950, p. 230). No mesmo livro, Mora aclamava Cortés como um grande homem e como o autêntico fundador da nação. Nesta linha, muitos liberais do século passado, influenciados pelo iluminismo espanhol, consideravam o momento da conquista como crucial na formação da nacionalidade, apesar de combaterem ardentemente o papel da Igreja no desenvolvimento socioeconômico.

Mora combatia especialmente os privilégios, a imunidade legal e o poder ideológico (educação) que o clero conservava no México, desde o período da conquista até depois da independência, e apontava a Igreja como principal obstáculo para as transformações liberais idealizadas para o país, como por exemplo, a desamortização das terras eclesiásticas. Além das acusações feitas aos privilégios eclesiásticos, Mora também combatia a proteção legal oferecida pelo Estado às comunidades indígenas. Negava-se a reconhecer qualquer distinção entre índios e não índios, a ponto de propor: “apresurar la fusión de la raza asteca en la masa general, ya que la existencia de diferentes razas en una misma sociedad era y debía ser un principio eterno de discordia” (MORA 1963, p. 280).

Em outras palavras, os liberais de meados do século no México, estavam preocupados com a amortização das terras nas mãos da Igreja e das comunidades indígenas; desejavam a criação de um mercado de terras disponível aos “*intereses individuales*” dos grandes proprietários. Segundo Brading, em seu trabalho sobre o patriotismo *criollo*: “la insistencia de los liberales en la supremacía del interés individual dejaba poco espacio a la teoría positiva de la nación, el Estado y la política” (BRADING 1991, p. 706).

Para Brading, o liberalismo de Mora era cauteloso e compartilhava com os conservadores as noções de estabelecimento de uma ordem pública capaz de levar o país ao progresso e à civilização (BRADING 1991, p. 706).

Liberais e conservadores também compartilhavam a ideia da preexistência de uma identificação coletiva. Os liberais achavam que a “nacionalidade” fora ofuscada pela presença opressora dos países metropolitanos, ao passo que os conservadores pensavam que os elementos de identificação coletiva seriam perdidos pela ausência das tradições. Estes observavam nos valores da cultura ibérica o caminho para que os países da América conservassem sua autenticidade frente às influências de outras culturas.

No século XIX, os pensadores latino-americanos conservavam a ideia da existência ontológica de nacionalidades e buscavam nos modelos estrangeiros, fossem eles tradicionais (ibéricos) ou progressistas (norte-americano, inglês ou francês), a solução dos problemas enfrentados pelos novos países.

As *deformações* e *desvios* eram atribuídos aos fatores climáticos, geográficos e raciais ou à história da dominação espanhola e portuguesa. Embora

concordassem na existência prévia de nacionalidades, em relação ao período histórico em que viviam, uns pensavam que essas nacionalidades eram frutos do período pré-colonial e por isso valorizavam o elemento indígena; outros as consideravam como resultado da fusão de vários elementos no período colonial, mas com o predomínio indiscutível do colonizador.

Assim mesmo, ao longo do século XIX, a defesa dos índios era discreta. Lorenzo Zavala, José Maria Luis Mora e Justo Sierra adotaram, por exemplo, uma atitude paternalista e aceitação resignada em relação à presença massiva de populações indígenas no México. Enquanto isso, na Argentina, Alberdi e Sarmiento propunham simplesmente o extermínio ou *branqueamento* dessas populações para a promoção do desenvolvimento das culturas superiores e para a eliminação dos obstáculos à unidade da nação.

No Brasil, o historiador oficial da monarquia, Francisco Adolfo de Varnhagen, desqualificava as raças nativas como possíveis portadoras de um apego ao seu próprio *habitat*. Segundo ele:

Nos selvagens, não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria (VARNHAGEN 1959, v. I, p. 24).

109

A defesa que Varnhagen fazia da monarquia era tão forte que no prefácio ao último tomo (sobre a independência) de sua coleção sobre a história do Brasil, lançado somente em 1875 (23 anos depois de lançados os volumes sobre história colonial), ele ensaiava uma desculpa pela ousadia de escrevê-lo e chegou a expressar o temor de ser acometido por *desassossegos, desgostos e trabalhos*. Por um lado, afirmava que "todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários, como escritores ou simples pensadores, consideravam... possível e até vantajosa a continuação, ao menos ainda por algum tempo, da união a Portugal" (VARNHAGEN 1959, v. VI, p. 87.). Mas, em outro momento, manifestou abertamente a ideia da preexistência de um sentimento anti-lusitano fervoroso:

Os sentimentos em favor da Independência manifestaram-se desde logo tão fortes nos corações brasileiros, à chegada das primeiras notícias dos planos meditados pelas Côrtes, no mês de julho, de dividir o Brasil, que conceberam desde logo a ideia, *por certo ainda então demasiado prematura*, de aclamarem o próprio príncipe imperador do Brasil... (VARNHAGEN 1959, v. VI, p. 86, grifos meus).

Ou seja, Varnhagen considerava prematura a empresa da independência, mas também não podia admitir, assim como os *corações brasileiros*, um processo de recolonização. Note-se que o ideal de Varnhagen, de difícil apreensão, era sustentar o Brasil unido a Portugal, situação onde a "ex-colônia" mantivesse condições de igualdade jurídica e política com a antiga metrópole. Em Varnhagen, a ideia de existência originária de uma nação estava ligada ao esquecimento dos índios como parte integrante do país e respondia ao estreito vínculo construído entre a elite local e as cortes portuguesas.

Capistrano de Abreu concebeu seu livro *Capítulos de história colonial (1500-1800)* a partir dos últimos anos do século, quando começou a recolher documentos na Biblioteca Nacional e chegou à conclusão de que a formação do sentimento nacional brasileiro tinha sido fruto de guerras e de movimentos como o dos bandeirantes paulistas. Essas revoltas e movimentos teriam forjado a consciência nacional indispensável ao “sete de setembro”. Em 1875 ele escreveu:

Os holandeses foram derrotados; os paulistas transportaram para o seio das florestas as epopéias que os portugueses tinham cinzelado nos seios dos mares; em Pernambuco houve a guerra dos Mascates e alhures revoltas mais ou menos sangrentas; os interesses reinóis e coloniais bifurcaram-se e tornaram-se antagônicos; o sentimento de fraternidade começou a germinar [...] A pouco e pouco a emoção antiga foi desaparecendo; a emoção de superioridade rebentou, cresceu e deu-nos o sete de setembro, o dia-século de nossa história (ABREU 1969, p. 75-76).

A identificação de um *sentimento de fraternidade* entre os brasileiros, ou quaisquer outros habitantes de colônias ibéricas no período imediatamente anterior aos movimentos de independência não podem, como no excerto acima, ser concebidos como indícios da existência de nacionalidades. No entanto, essa constatação é muito frequente nos autores do século XIX.

Seria plausível afirmar que começavam a existir interesses diferenciados e não necessariamente “antagônicos” entre as elites comerciais coloniais (portugueses e descendentes de portugueses nascidos no Brasil) e as exigências exclusivistas da metrópole, mas isso não resultava na emergência de uma *emoção nova* ou *espírito nacional*, como o autor os classificou ao tratar da guerra contra o domínio holandês nos *Capítulos de história colonial* (ABREU 1969, p. 131).

Além de conceber a nação brasileira como um dado cuja origem encontrava-se em guerras e movimentos coloniais, ao final dos *Capítulos de história colonial*, Capistrano de Abreu seguia a mesma linha de seus contemporâneos para demonstrar os problemas e dificuldades de consolidar a nação. Descreveu a terra, o clima e os tipos característicos das mais diversas regiões do país para concluir:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam [...] É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se patricio e paisano.

[...]

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular - eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos (ABREU 1969, p. 247).

O mais interessante no pensamento de Capistrano de Abreu é que quando ele se referia às elites coloniais no período imediatamente anterior à independência, ele identificava os sentimentos de consciência e espírito nacionais,

mas ao descrever os povos, o clima e a terra, ele parecia decepcionar-se com os resultados obtidos com a emancipação. Era, em verdade, uma forma de culpar o clima, a terra e as etnias pela inatingibilidade da unidade da nação.

Outro autor brasileiro desse mesmo período, e bem mais explícito que Capistrano de Abreu no tocante aos obstáculos à organização nacional foi Euclides da Cunha (1866-1909). Capitão reformado do Exército brasileiro, Euclides da Cunha era jornalista quando foi convocado para fazer a cobertura da rebelião de Canudos em 1897, para *O Estado de São Paulo*. A observação e as notas resultaram no livro clássico da literatura brasileira, *Os sertões*.

A crença no progresso, na civilização e nos determinismos de todas as ordens são as características mais marcantes desse documento. Euclides da Cunha insistiu na descrição das secas como uma "*fatalidade inexorável*". Em relação à terra, dizia que, "O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida. Nasce do martírio secular da Terra[...]". Quanto às raças formadoras da nacionalidade, mencionava a "*mestiçagem embaralhada*" e dizia que "a mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos prejudicial" ou que a "mestiçagem extremada é um retrocesso" e "o mestiço é um desequilibrado... desequilíbrio nervoso incurável", de modo que "o mestiço – mulato, mameluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores" (CUNHA 1979, p. 30-89).

111

Para ele, o sertanejo – tipo arquétipo do texto de Cunha – "é um retrógrado, não um degenerado" (CUNHA 1979, p. 30-89). Para Euclides da Cunha, clima, terra e raça eram responsáveis pelas "*falhas da nossa evolução*" e pelas "*dificuldades de integração nacional*". Tinha como Sarmiento, na Argentina, e Alamán, no México, ideias de um porvir próspero e civilizado para o Brasil, mas identificou em Canudos o "*afloramento originalíssimo do passado*" e uma dualidade no desenvolvimento da nação brasileira, incapaz de permitir a continuidade daquele destino brilhante,

Não temos *contraste* maior na nossa história (falava entre os contrastes do norte e do sul do país). Está nele a sua *feição verdadeiramente nacional*. Ante o que vimos a formação brasileira do norte é mui diversa da do sul. As circunstâncias históricas, em grande parte oriundas das circunstâncias físicas, originaram *diferenças iniciais* no enlace das raças, prolongando-as até ao nosso tempo (CUNHA 1979, p.73, grifos meus).

Em outra passagem, Euclides da Cunha afirmava que a República foi inesperada, feita de improviso e que a ela (república) "ascendemos de chofre, arrebatados no caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente", mas que isso, foi "uma exigência de nossa nacionalidade" e que acentuou "mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa" (CUNHA 1979, p. 152-153).

Ou seja, Euclides da Cunha entendia que a nacionalidade brasileira tinha *diferenças iniciais*, que refletiam sua *feição verdadeiramente nacional* e que as *circunstâncias históricas* determinadas pelas *circunstâncias físicas* eram responsáveis

pelo *retrocesso*, *desequilíbrio*, *organização intelectual imperfeita* etc. Sendo que o momento no qual ele situa as *diferenças iniciais* é o momento da colonização, onde ele identifica a formação nacional brasileira.

O problema racial, em especial, a questão da mestiçagem, era tratado de forma diferenciada no México. Enquanto os políticos conservadores tinham uma posição semelhante aos intelectuais brasileiros e argentinos, sendo favoráveis ao branqueamento da população, os intelectuais liberais mexicanos que trabalhavam para o governo reformista de Benito Juárez, eram influenciados pelas ideias de José María Luis Mora acerca do problema indígena. Ignacio Ramírez, por exemplo, ministro da Justiça no governo de Benito Juárez, em 1861, e no primeiro gabinete de Porfirio Díaz, em 1879, considerava a sobrevivência do povo indígena como obstáculo a própria integração social dos índios, pensava que devido ao isolamento ao qual estavam submetidos, os índios não podiam definir-se como mexicanos:

[...] esas razas conservan todavía su nacionalidad, protegidos por la familia y la lengua [...] para contar con ellos como ciudadanos, tenemos necesidad de comenzar por hacerlos hombre [...] Tenemos instituciones republicanas y no tenemos ciudadanos, porque ni siquiera tenemos hombre [...] (RAMÍREZ 1966, v I, p.190-191).

Os liberais radicais, aqueles que participaram ativamente do processo de reformas no México, insistiam na necessidade de integração social do índio ou do mestiço à sociedade mexicana, quase sempre através da educação e do fim dos privilégios, para favorecer o ideal liberal: constituição de uma sociedade formada por homens que, em busca de seus interesses individuais, tem a obrigação de engrandecer a nação. Retomavam os ideais da Rebelião de 1810 e abraçavam Hidalgo e Morelos como heróis da pátria, assim como insistiam na descrição heroica das lutas contra o Império de Maximiliano e contra os Estados Unidos na guerra de 1846. Eram admiradores da Revolução Francesa e inspiravam-se nas ideias de Michelet sobre a deificação dos heróis nacionais. Se autointitulavam herdeiros desses heróis anônimos e insistiam que as metas desses movimentos ainda estavam por serem alcançadas.

Esses momentos da história do México - Rebelião de Hidalgo e Morelos, luta contra Iturbide e anexação dos territórios em 1848 - eram vistos como momentos fundadores do sentimento de nacionalidade e as palavras de Ignacio Altamirano: "Mueran los gachupines! Hay algún mexicano que no haya proferido en su vida esas palabras sacramentales?", eram tidas como prova da existência ontológica da nação e dos obstáculos a transpor para sua efetivação.⁵

Assim como os liberais mexicanos, os liberais argentinos e brasileiros também depositaram suas esperanças na construção de uma sociedade baseada no poder do pequeno proprietário e no individualismo socioeconômico. Entretanto, a partir de 1870, pensadores da geração de 1880 na Argentina, membros da elite porfiriana no México e mesmo intelectuais do porte de Joaquim

⁵ I. Altamirano era discípulo de I. Ramírez e trabalhou em jornais, como professor, juiz da Suprema Corte no governo Díaz e vários cargos públicos a partir de 1880. Frase citada por BRADING 1991, p. 715.

Nabuco e André Rebouças no Brasil,⁶ começavam a perceber que essas teorias inspiradas no pequeno proprietário norte-americano e na burguesia rural da França pós-revolucionária, não tinham equivalência com as economias latino-americanas, dependentes das oscilações de preço e demanda dos produtos primários no mercado internacional, com base na grande propriedade. O liberalismo nesses países acabou limitando-se à adaptação da economia primária às demandas do capital internacional. Esse processo envolveu a liberação da mão de obra (escrava ou servil) e a constituição de um mercado de terras (nacionalização dos bens do clero ou leis de terras).

Algumas conclusões

A temática da identidade nacional, da nossa especificidade, das dificuldades de ordenamento de identidades consideradas como originárias foi uma constante na historiografia e nas discussões políticas latino-americanas nesse final de século XIX. Todos procuravam os culpados pela situação. Tanto liberais como conservadores, recorriam aos modelos externos e a influência dos modelos era considerada como positiva ou negativa, dependendo da época e do viés ideológico do autor.

Durante o século XIX, acabou prevalecendo a ideia de que os modelos estrangeiros só poderiam ser benéficos aos problemas enfrentados pelos países latino-americanos. A ideia de negação dos modelos externos só se concretizou realmente como questão de princípios no período de absorção orgânica do marxismo-leninismo (décadas de 20 e 30 do século XX).

Os próceres das independências insistiam na existência prévia de nações e nacionalidades, obedecendo a um profundo subjetivismo, fruto do desejo que alimentavam de ver os países latino-americanos libertos do jugo econômico e político das antigas metrópoles. No século XIX, prevaleceu a ideia de que existiam nações, frutos do passado pré-colonial, colonial, ou, mais comumente, resultado dos processos de independência. No entanto, ao admirar os modelos externos para oferecer uma forma constitucional aos novos países, os intelectuais do século XIX encontravam problemas e obstáculos que passaram a ser interpretados como *desvios* e *deformações* de nossa formação nacional.

A identificação desses obstáculos estava relacionada, principalmente com a formação superior que esses intelectuais haviam recebido na Europa. Acreditavam que as raças formadoras, o clima e a particular geografia das regiões latino-americanas não favoreciam o progresso e o acesso à civilização, em oposição ao que eles consideravam barbárie. Influenciados pelas teorias deterministas, cientificistas e pelo positivismo, sonhavam com a possibilidade de progresso ilimitado a exemplo dos países centrais do capitalismo.

Por muito tempo ainda, na quase totalidade do século XX, se observará a persistência de uma historiografia que apregoa a existência originária de nações, atraída por modelos externos e que identifica desvios e deformações e observa incompletudes e frustrações no processo de formação das nações. No começo do

⁶ André Rebouças (*Agricultura Nacional*, 1883) e Joaquim Nabuco (*Abolicionismo*, 1883) pensavam que o progresso econômico e moral do país era retardado por uma sociedade de latifundiários decadentes que se apoiava na escravidão, mas depois de 1888 (emancipação da escravidão) foram aceitando progressivamente o *status quo* rural.

século XX, as ideias deterministas não desapareceriam e continuariam por muito tempo influenciando os pensadores latino-americanos. Mas, o apogeu das economias primário-exportadoras e o desenvolvimento mais acelerado de tecnologias capazes de “driblar” os problemas geo-climáticos acabariam cedendo espaço para a identificação de outras causas para os males das nações latino-americanas. A partir das primeiras décadas do século XX, as histórias peculiares dos países da América Latina, a política mal orientada e a falta de educação foram consideradas como alguns dos problemas de origem desses países. Os anos de 1920-1930 inauguram o que poderíamos chamar de a nossa “era dos nacionalismos”.

Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1969.
- ABREU, J. Capistrano de. **Ensaio e estudos 1ª série**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1931.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina**: história y presente. Morelia: Red Utopia & Jitanjáfora Morelia Editorial, 2001.
- ALAMÁN, L. Disertaciones. In: BRADING, David A. **Orbe indiano**: de la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867. México: Fondo de Cultura económica, 1991.
- ALAMÁN, Lucas. **Historia de Méjico**. Vol. IV. México, 1969.
- ALBERDI, J. B. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República argentina**. 4ª. ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1981.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BLOCH, M. **Apología para la historia o el oficio de historiador**. México: Fondo de cultura económica, 1996.
- BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. Lisboa: Ed. Estampa, 1977.
- BONIFÁCIO, José de Andrada e Silva. Perfil histórico de José Bonifácio. **Revista Bonifácio**, número 2, jan/mar, 2004. In: <http://www.bonifacio.org.br/revista/htmls/edicao02/PerfilHistorico03.htm> (acesso em setembro de 2008)
- BRADING, D. A. **Orbe indiano**: de la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867. México: Fondo de Cultura económica, 1991.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **El problema de los orígenes de los Estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata**. Porto Alegre: Anos 90, UFRGS, n. 1, maio de 1993.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ESTRADA, J. M. Problemas argentinos. In: HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.
- FENELON, Dea R. **50 Textos de história do Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1983.
- GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**: trajectos. Lisboa: Gradiva, 1993.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Usos da história**: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista, Pelotas*, v. 6, p. 21-36, dezembro de 2000.
- HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930 In: BETHELL, L. **História de América Latina** (cultura y sociedad, 1830-1930). Barcelona: Crítica, 1991, vol. 8, p. 1-64.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JARAMILLO URIBE, Jaime. Frecuencias temáticas de la historiografía latinoamericana In: ZEA, Leopoldo (cord.). **América Latina en sus ideas**. México: Siglo XXI, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: EdIPUC/Contraponto, 2006.
- LUNA, Felix. **Breve história de los argentinos**. 8ª ed. Buenos Aires, Planeta, 1995.
- MORA, J. M. L. **México y sus revoluciones**. II Vol. México: Ed. Agustín Yáñez, 1950.
- _____. **Obras sueltas**. México, BP 26, 1963, p. 280, escritos de 1937.
- MORENO, Mariano. **Plan revolucionario de operaciones**. 3ª. ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1975.
- NORA, Pierre (org.). **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.
- RAMA, Carlos M. **Nacionalismo e historiografía en América Latina**. Madrid: Tecnos, 1981.
- ROMERO, José Luis. **Las ideas en la Argentina del siglo XX**. Buenos Aires: Biblioteca actual, 1987.
- SAFFORD, F. Política, ideología y sociedad. In: BETHEL, L. (org.). **Historia da América Latina** - 06 - c. 1820-1870. Barcelona: Crítica, 1992.
- SARMIENTO, D. F. Conflito e harmonia de raças em América. In: HALPERÍN DONGHI, T. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.
- SARMIENTO, D. F. **Facundo o civilización y barbarie**. 5ª. ed. Buenos Aires: Editorial Sopena, 1952.
- SOLER, R. **Idea y cuestión nacional latinoamericanas**. México: Siglo XXI, 1980.
- SOLER, Ricaurte. **Clase y nación**. Barcelona: Fontamara, 1981.
- TORRES RIVAS, E. Sobre a formação do Estado na América Central (hipóteses e questões fundamentais para seu estudo). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Estado na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959.